

Número 12 de 2016

Salvador/BA, 19 de dezembro de 2016.

EDITORIAL

Prezados colegas,

Com grande satisfação apresentamos a 12ª Edição do Boletim Informativo de 2016 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente - CAOCA, disponibilizando a atualização necessária, através da sistematização de material técnico-jurídico, para subsidiá-los nas atuações em prol da garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O boletim contém notícias do Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, dentre outras, além de artigos e publicações, eventos e jurisprudência em nossa área de atuação.

Reafirmo a importância da participação dos Promotores e Procuradores, através do envio de minutas produzidas, a fim de que possamos, cada vez mais, buscar alinhamento em nossa atuação, contribuindo, desta forma, com a proteção integral das crianças e adolescentes e com o maior intercâmbio de conhecimento.

Espero seja feita uma aprazível leitura do nosso Boletim, além do encaminhamento não só de suas peças processuais produzidas, mas também das críticas e sugestões para o aprimoramento do nosso periódico.

Cordialmente,

Marcia Guedes
Procuradora de Justiça
Coordenadora do CAO da Criança e do Adolescente

EQUIPE TÉCNICA: Alina Oliveira

Cristiano Pinto

Erica Oliveira

ÍNDICE

Notícias

Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOCA)

- CAOCA participa do lançamento da Campanha “Transparência nas Contas Públicas” **04**
- CAOCA participa do III Fórum de Gestão do MPBA **04**
- CAOCA participa do Lançamento de Campanha do Fundo DCA de Salvador **05**
- Promotores indicados pelo CAOCA são premiados com o título de Executor Destaque **06**
- CAOCA divulga quantitativo atualizado de vagas nas unidades de atendimento socioeducativo, disponibilizado pela FUNDAC **07**
- CAOCA acompanha a evolução do índice de denúncias oriundas do Disque 100 **10**

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores **11**

Supremo Tribunal Federal (STF)

- Presidente do STF recebe estudantes vencedores do concurso Jovens Senadores **13**
- Ministro suspende todos os processos que tratem de ensino domiciliar **14**

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

- STJ premia trabalhos sobre cidadania na Vila das Crianças **15**
- Menor sob guarda tem direito a receber pensão em caso de morte do tutor **16**

Câmara dos Deputados

- Comissão obriga escolas a manterem telefone do conselho Tutelar em local visível **17**
- Finanças aprova obrigatoriedade de SUS distribuir leite para filhos de portadores de HIV **18**
- Comissão rejeita projeto que revoga condição de vulnerável de criança, mulher e idoso com deficiência **19**

Senado Federal

- Projeto aprovado pela CAS obriga maternidades a contar com bancos de leite **20**

Tribunais de Justiça (TJs)

- Tribunal leva crianças acolhidas para passeio em parque de Aracajú **21**
- Tribunal de Justiça gaúcho inicia busca por interessados em adotar **22**
- Programa catarinense Novos Caminhos forma 182 adolescentes acolhidos **23**
- Comarcas de Candeias, Amélia Rodrigues e Coração de Maria garantem Natal das crianças **24**

Outras Notícias

- Casal 'saltou' na fila de adoção ao escolher criança com Síndrome de Down **25**
- Documentário reúne histórias sobre o combate ao trabalho infantil **29**

Destaque

- Super Jogo da Saúde **31**

Divulgação

- Turma do Plenarinho Contra a Exploração Sexual (história em quadrinhos) **35**

NOTÍCIAS

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
(CAOCA)****CAOCA participa do lançamento da Campanha “Transparência
nas Contas Públicas”**

01/12/2016



A Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente – CAOCA – participou no dia 1º de dezembro, do lançamento da Campanha Transparência nas Contas Públicas, promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do CAOPAM, com o propósito de reafirmar a necessidade da sociedade se juntar ao Ministério Público estadual para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos por meio dos portais de transparência.

Durante o lançamento, a procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado destacou a necessidade das instituições insistirem em um trabalho cultural, educacional e preventivo de controle social. Ela reforçou a importância do papel da sociedade no combate à corrupção juntamente com o MP, principalmente no momento em que o órgão vem sofrendo retaliações.

Ediene Lousado registrou que “a atuação de órgãos de controle, como o MP, evidentemente contraria interesses e, com isso, faz com que aqueles que deveriam ser responsabilizados se voltem contra as instituições de forma retaliativa. Na medida em que o MP traz a população para perto de si e demonstra que ela também pode participar diretamente deste controle, a sociedade fica fortalecida e torna-se parceira na tarefa de defesa do patrimônio público. A missão é de todos nós”.

Fonte: CAOCA/CECOM

**CAOCA participa do III Fórum de Gestão
do MPBA**

02/12/2016



O Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente – CAOCA se fez presente no III Fórum de Gestão do MPBA que teve por objetivo primordial capacitar os gestores com o intuito de intensificar o alcance das metas e a obtenção dos resultados da Instituição, por meio de um sistema de gestão sustentável, fundamentado em uma liderança eficaz.

A abertura do evento foi feita pela Procuradora-Geral de Justiça Ediene

Lousado e pelo promotor de Justiça Marcelo Guedes, Coordenador da Gestão Estratégica do MP. “Com a ‘Carta de Curitiba’, o Ministério Público começou a se fortalecer e ganhou ainda mais solidez com a Constituição Federal de 88. Mas, atualmente, o MP vive uma crise de ataques sem precedentes, e isso exige que a gente se planeje e se reinvente a cada dia”, destacou a PGJ.

A agenda e o papel do líder no trabalho em equipe foram destaque no evento que teve palestra ministrada pelo sócio da Falconi Consultores de Resultado, Bayard Loureiro, e pela consultora líder de projetos com atuação nos projetos do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Márcia Moretti.

Fonte: CAOCA/CECOM

CAOCA participa do Lançamento de Campanha do Fundo DCA de Salvador

07/12/2016



O Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente participou de reunião, no dia 07.12, na sede da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), no Stiep, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador - na qual foi apresentada campanha para doação do imposto de renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Entre os presentes estavam o

Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) Salomão Resedá, o Diretor da Associação Comercial da Bahia (ACB), Eduardo Ataíde, o 1º vice-presidente da Fieb, Carlos Gantois e a Procuradora do Trabalho Virgínia Senna.

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) é um instrumento de captação de recursos, proveniente de fontes diversas, exclusivamente destinado para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A deliberação, gestão e aplicação dos recursos do Fundo é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo fiscalizado pelo Ministério Público da Bahia e Tribunal de Contas do Município.

Durante o lançamento, o CAOCA apresentou a campanha produzida pelo MPBA, voltada ao estímulo à doação aos Fundos Regularizados no Estado da Bahia.

Fonte: CAOCA/FIEB

Promotores indicados pelo CAOCA são premiados com o título de Executor Destaque

16/12/2016

Durante o encerramento da Semana do Ministério Público na manhã do dia 16, no auditório do MP, na sede do CAB, a Procuradora-Geral de Justiça, Ediene Lousado, contemplou com o prêmio 'Executor Destaque' 86 promotores de Justiça e servidores envolvidos na execução de 13 programas e projetos estratégicos. “A semana do MP deixa claro para nós que esta é uma instituição rica de valores e de pessoas que muito podem fazer pela Bahia e pelo Brasil. Tenho muito orgulho de estar à frente do MP num momento de tantos desafios, em que cada um de nós é compelido a dar o seu melhor”, destacou a PGJ, após entregar os troféus, ao lado do coordenador da Gestão Estratégica, promotor de Justiça Marcelo Guedes.

Pela atuação na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, o CAOCA indicou os Promotores de Justiça Fernando Rodrigues de Assis, Lucas da Silva Santana, Nubia Rolin dos Santos, Sivilene São Pedro Figueiredo L. Bicalho e Thelma Leal de Oliveira, e todos eles foram contemplados com o prêmio 'Executor Destaque'.



No total, foram 58 promotores de Justiça e 28 servidores que se destacaram na concretização de programas e projetos estratégicos desenvolvidos pelo MP.

Fonte: CAOCA/CECOM

CAOCA divulga quantitativo atualizado de vagas nas unidades de atendimento socioeducativo, disponibilizado pela FUNDAC



SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CENTRAL DE VAGAS E REGULAÇÃO

CONTROLE DE VAGAS NAS UNIDADES

DATA: 16/12/2016 (Sexta-feira)

UNIDADE	TIPO DE MEDIDA	CAPACIDADE REAL	QUANTITATIVO ATUAL	CAPACIDADE REAL TOTAL	QUANTITATIVO ATUAL TOTAL	% DE OCUPAÇÃO	% DE SUPERLOTAÇÃO
UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO)							
CASE SALVADOR MASCULINO	IP MASCULINO	55	65	150	329	219%	119%
	MSEI MASCULINO	95	264				
CASE SALVADOR FEMININA	IP FEMININA	10	02	35	19	54%	-46%
	MSEI FEMININA	25	17				
CASE CIA	MSEI MASCULINO	95	95	95	93	100%	00%
CASE ZILDA ARNS	IP MASCULINO	37	08	90	91	101%	01%
	MSEI MASCULINO	53	83				
CASE IRMÃ DULCE	MSEI MASCULINO	72	74	72	74	103%	03%
SUBTOTAL				442	608	138%	38%
UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE SEMILIBERDADE							
CASE BROTAS (SALVADOR)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	20	18	50	44	88%	-12%
NAVARANDA (VITÓRIA DA CONQUISTA)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	20	20				
GEY ESPINHEIRA (JUAZEIRO)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	10	06				
TOTAL				492	652	133%	33%
UNIDADES DE ATENDIMENTO INICIAL/CUSTÓDIA TEMPORÁRIA							
UNIDADE	TIPO DE ATENDIMENTO	CAPACIDADE REAL	QUANTITATIVO ATUAL	% DE OCUPAÇÃO	% DE SUPERLOTAÇÃO		
PRONTO ATENDIMENTO FEIRA DE SANTANA	CUSTÓDIA TEMPORÁRIA (PA)*	09	00	00%	-100%		
PRONTO ATENDIMENTO SALVADOR	ATENDIMENTO INICIAL**	27	10	37%	-63%		

* Situação excepcional de pernoite de adolescente apreendido para apresentação ao Sistema de Justiça. Unidade desativada para IP e MSEI.

**Entrada de adolescente apreendido para apresentação ao Sistema de Justiça. Dados do dia anterior: 15/12/2016.

Vermelha: ultrapassou as vagas. **Laranja:** limite de vagas. **Verde:** há vagas. **Azul:** valores não contabilizados no total (permanência temporária).

Obs.: IP: Internação Provisória MSEI: Medida Socioeducativa de Internação

FUNDAC - GERSE - COSÍPIA

Rua das Pitangueiras, 26 A, Matatu de Brotas - Salvador - Bahia CEP: 40255-436

Tel.: (71) 3116-2951 Fax: (71) 3116-2916E-mail: sipia.gerse@gmail.com

Página 1 de 4

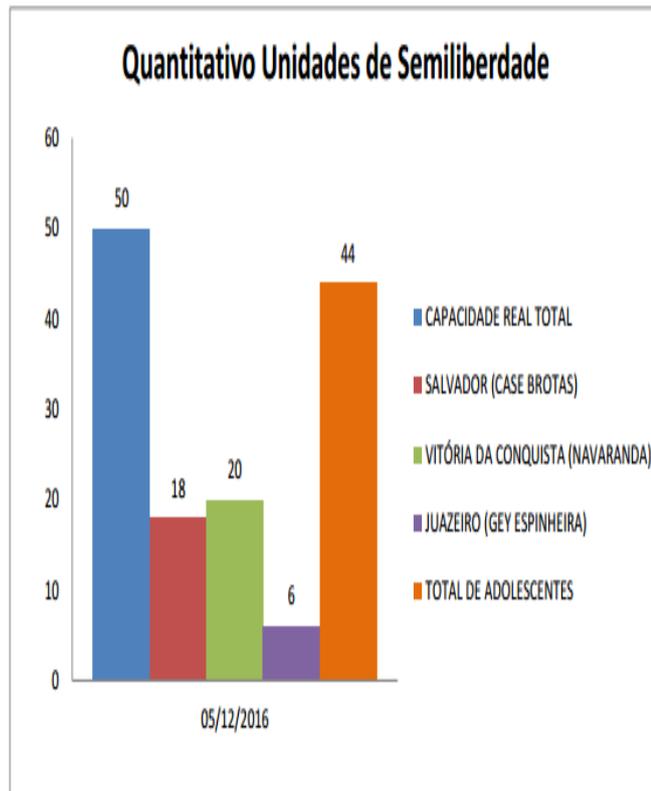


SECRETARIA DE
JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ALTERAÇÕES DAS UNIDADES

ENTRADA DE ADOLESCENTE	DESLIGAMENTO EFETIVO DE ADOLESCENTE
CASE SALVADOR 07 I.P. (MASCULINO)	CASE SALVADOR 05 I.P. / 03 MSEI (MASCULINO)
CASE CIA 02 MSEI (MASCULINO)	CASE FEMININA 01 I.P. (FEMININO)
	CASE ZILDA ARNS 01 I.P. / 01 MSEI (MASCULINO)
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	EVASÃO
*****	*****



Observação: Data da última atualização do relatório de Semiliberdade: 05/12/2016

FUNDAC - GERSE - COSPIA

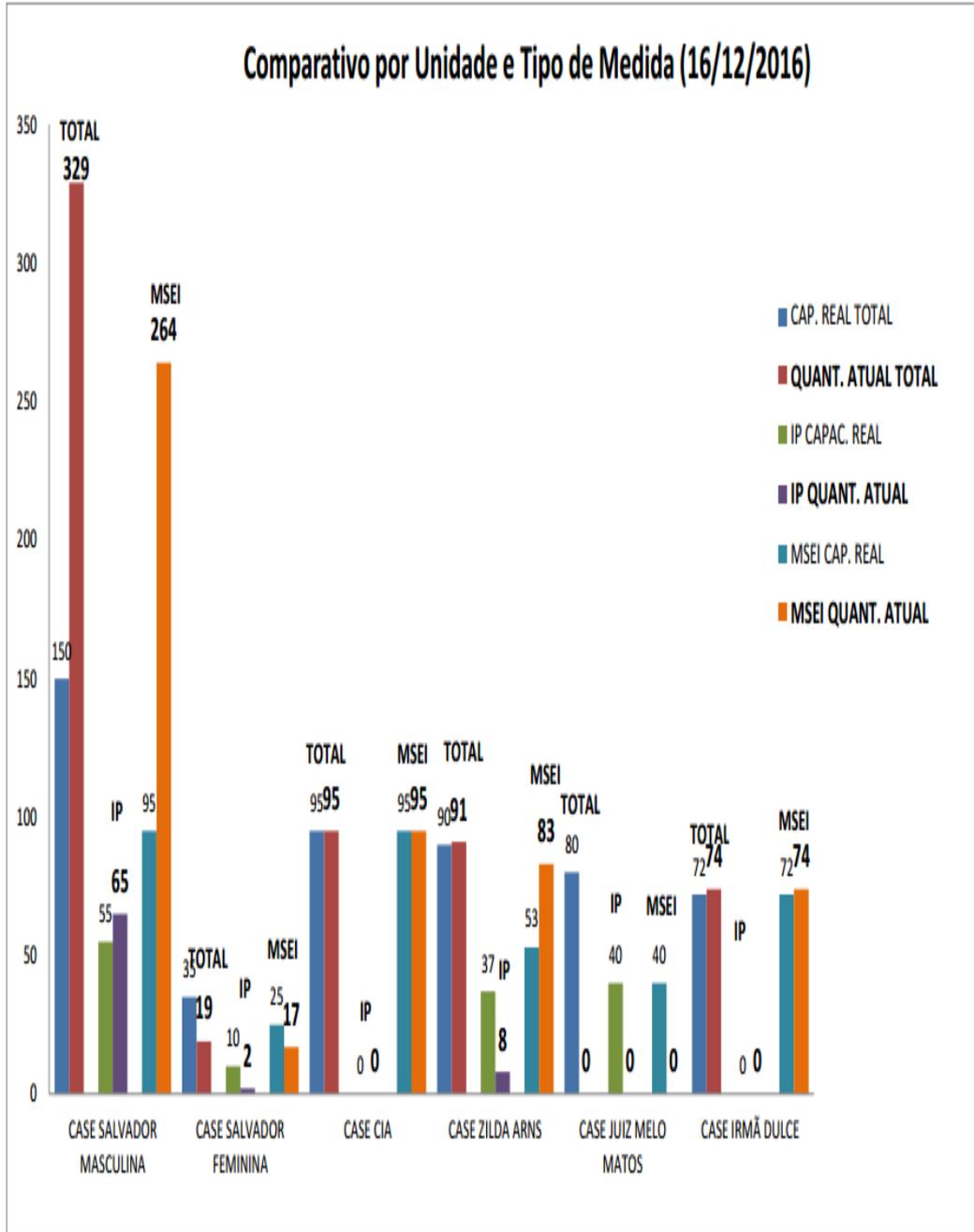
Rua das Pitangueiras, 26 A, Matatu de Brotas - Salvador - Bahia CEP: 40255-436

Tel.: (71) 3116-2951 Fax: (71) 3116-2916E-mail: sipia.gerse@gmail.com

Página 2 de 4



Comparativo por Unidade e Tipo de Medida (16/12/2016)



FUNDAC - GERSE - COSIPIA

Rua das Pitangueiras, 26 A, Matatu de Brotas - Salvador - Bahia CEP: 40255-436

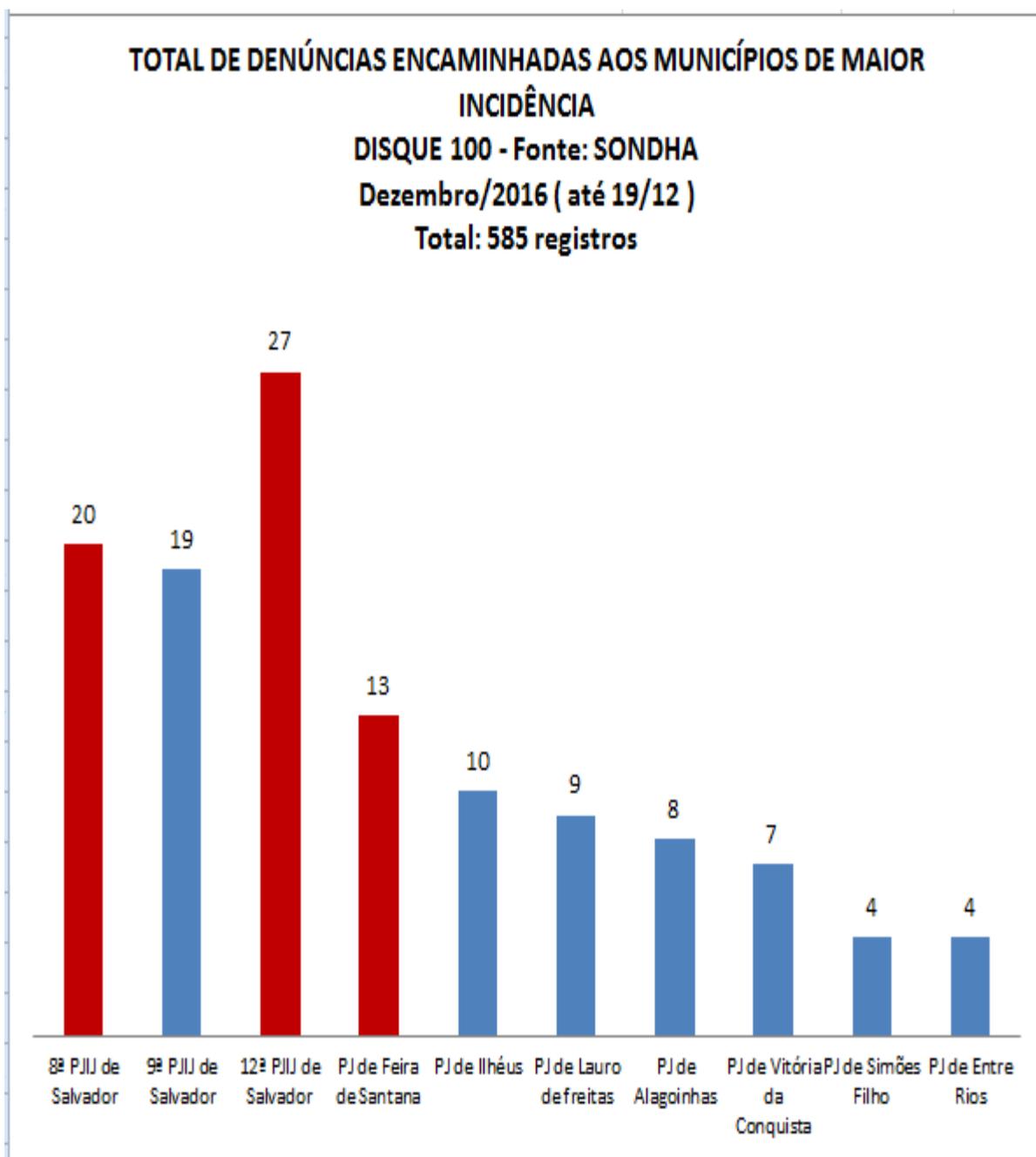
Tel.: (71) 3116-2951 Fax: (71) 3116-2916E-mail: sipia.gerse@gmail.com

Página 3 de 4

Fonte: FUNDAC

CAOCA acompanha a evolução do índice de denúncias oriundas do DISQUE 100

Durante o período de 01 a 19/12/2016, foram recebidas, através do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA), por meio do DISQUE 100, **585 denúncias** de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Estado da Bahia. Conheça as Promotorias de Justiça que mais receberam encaminhamentos de casos de violação dos direitos infanto-juvenil, no gráfico abaixo:



Fonte: SONDHA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores

25/11/2016



No último ano dobrou o número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa no país – em novembro do ano passado havia 96 mil menores nessa condição e neste ano já são 192 mil. O tráfico de drogas é o crime mais frequente entre os jovens; há quase 60 mil guias ativas expedidas pelas Varas de Infância e Juventude do país por este ato infracional. Já o crime de estupro cometido pelos menores aumentou de 1.811, em novembro de

2015, para 3.763, em novembro deste ano. Os dados foram extraídos do [Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei \(CNAACL\)](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que contém informações dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa desde março de 2014.

Guias Expedidas Por Atos Infracionais nov/2016

Tráfico de Drogas e Condutas Afins	59.169
Roubo Qualificado	51.413
Roubo (art. 157)	23.710
Furto (art. 155)	13.626
Furto Qualificado (Art. 155, § 4º.)	10.886
Do Sistema Nacional de Armas	8.716
Posse de Drogas para Consumo Pessoal	7.726
Leve	7.174

Cerca de 90% dos jovens que cumprem medida socioeducativa são do sexo masculino e a liberdade assistida é a medida mais aplicada aos menores, atingindo atualmente 83.603 adolescentes. A medida consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, com o objetivo de oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas e a

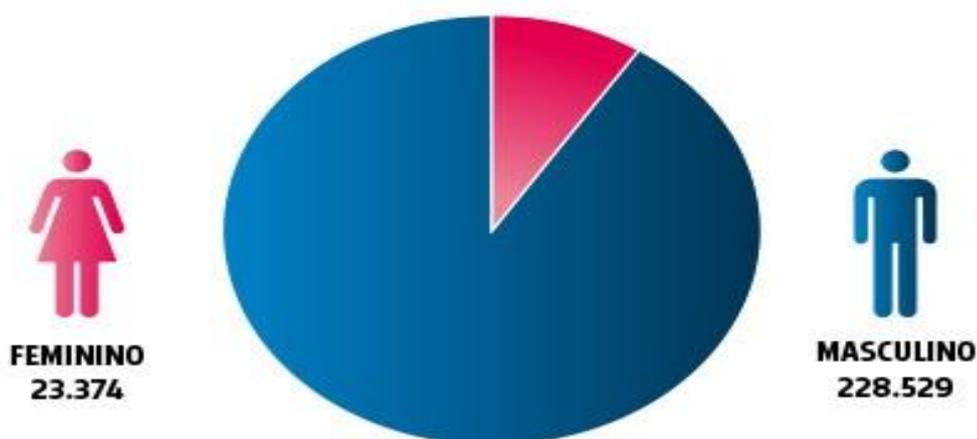
inserção no mercado de trabalho. A segunda medida mais aplicada é a prestação de serviços à comunidade, abrangendo 81.700 jovens atualmente, que devem realizar tarefas gratuitas e de interesse comunitário durante período máximo de seis meses e oito horas semanais.

Natureza da Medida Socioeducativa Aplicada*	Quantidade de Adolescentes	
	Situação em Novembro 2015	2016
Liberdade assistida	42.351	88.851
Prestação de serviços à comunidade	39.379	87.616
Internação com atividades externas	5.249	33.658
Semiliberdade	7.758	17.213
Internação sem atividades externas	13.594	13.237
Advertência	1.616	3.626
Obrigação de reparar o dano	521	992

*O mesmo adolescente estar cumprindo mais de uma Medida

O cadastro mostra que há 249.959 guias ativas atualmente – um número maior do que o de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, já que um mesmo adolescente pode responder por mais de uma guia emitida pelo juiz. As medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do [Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#), são aplicadas pelos juízes das varas de Infância e Juventude aos menores de 12 a 18 anos, e têm caráter predominantemente educativo e não punitivo.

Quantidade de adolescentes cadastrados por sexo:

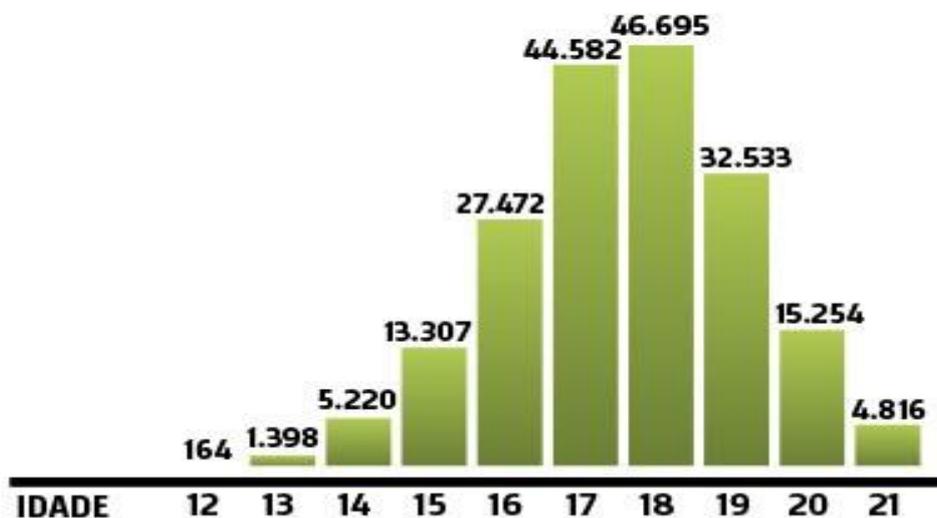


Cadastro

O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) foi instituído com o objetivo de permitir aos magistrados brasileiros o acompanhamento efetivo dos adolescentes que cometeram atos infracionais. Desde 2014, o preenchimento do CNAACL

passou a ser obrigatório para a extração das guias de internação provisória de adolescentes, execução de medidas socioeducativas, guias unificadoras e de internação-sanção, por exigência da [Resolução CNJ n. 165](#). O cadastro é alimentado pelas próprias Varas de Infância e Juventude e por isso podem conter desatualizações temporárias.

Quantidade de adolescentes cadastrados por idade:



Aperfeiçoamento do sistema

A Corregedoria Nacional de Justiça publicou em outubro portaria que institui grupo de trabalho na área da infância e da juventude, para levantar reclamações e demandas relativas à utilização dos cadastros da área da infância e juventude, como o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) e o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). Caberá também a esse grupo organizar *workshops* em todas as regiões do país, propor melhorias nos sistemas de informações, colher informações sobre boas práticas na área da infância e juventude e sugerir estudos para o aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria.

O grupo, presidido pela juíza auxiliar da Corregedoria Nacional Sandra Aparecida Torres, é composto por oito magistrados de vários estados e de diferentes áreas de atuação.

Fonte: CNJ

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Presidente do STF recebe estudantes vencedores do concurso Jovens Senadores

02/12/2016



O que vocês querem para o Brasil?” Esta foi a pergunta que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, fez hoje (2) aos 27 estudantes vencedores do concurso de redação Jovens Senadores, que, junto com seus professores, vieram representar cada estado brasileiro e o Distrito Federal.

“Mudar!”, responderam à presidente do STF.

Ela observou que mudar por mudar não adianta, mas que era preciso saber como fazer isso. Os adolescentes disseram à ministra que esperam para o país mais igualdade, educação, saúde e preservação do meio ambiente. A presidente falou que conta com a participação dos estudantes e que está brigando para “deixar um Brasil o melhor possível” para eles.

O concurso de redação do programa Jovens Senadores é voltado para alunos de escolas públicas de todos os estados brasileiros e o DF, com idade de até 19 anos e matriculados no ensino médio. O programa é coordenado pelo Senado Federal em parceria com o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação.

O programa Jovens Senadores permite aos alunos uma “legislatura de quatro dias” em Brasília, que começa com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa e termina com a aprovação de projetos de lei e sua publicação no Diário do Senado. O “mandato” de quatro dias em Brasília inclui uma visita ao Supremo Tribunal Federal, ocasião em que tiraram uma foto oficial com a presidente Cármen Lúcia.

Fonte: STF

Ministro suspende todos os processos que tratem de ensino domiciliar

09/12/2016



Diante da relevância dos argumentos apresentados pelas partes no Recurso Extraordinário (RE) 888815, que discute se o ensino domiciliar (*homeschooling*) pode ser considerado meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover a educação dos filhos, o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, determinou a suspensão nacional de todos os processos em

curso no Poder Judiciário, individuais ou coletivos, que tratem dessa questão.

O recurso, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual do STF em junho de 2016, tem origem em mandado de segurança impetrado pelos pais de uma menina, então com 11 anos, contra ato da secretária de Educação do Município de Canela (RS) que negou pedido para que a criança fosse educada em casa e orientou-os a fazer matrícula na rede regular de ensino, onde até então havia estudado.

No RE dirigido ao STF, contra atos do juízo da Comarca de Canela e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que consideraram válida a decisão da Secretaria de Educação municipal, os pais da criança sustentam que “restringir o significado da palavra educar simplesmente à instrução formal numa instituição convencional de ensino é não apenas ignorar as variadas formas de ensino agora acrescidas de mais recursos com a tecnologia como afrontar um considerável número de garantias constitucionais”.

Em junho de 2016, o Plenário Virtual do Supremo reconheceu, por maioria de votos, a existência de repercussão geral na matéria. Na sua manifestação, o ministro salientou que, apesar de não ser frequentemente judicializada, a matéria em debate não está adstrita ao interesse das partes. “Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), após o reconhecimento pelo MEC da utilização do desempenho no Enem como certificação de conclusão de ensino médio, em 2012, o número de adeptos do *homeschooling* no Brasil dobrou e atingiu 2 mil famílias”, frisou.

Suspensão nacional

Em novembro, a Associação Nacional de Educação Domiciliar peticionou nos autos do RE requerendo a suspensão nacional dos processos que versem sobre a questão. Segundo a entidade, existem, atualmente, cerca de 18 processos em tramitação nos tribunais sobre o tema, havendo risco de serem proferidas decisões contrárias à eventual decisão do STF.

Em razão da relevância dos argumentos apresentados e do reconhecimento da repercussão geral, em seu despacho o ministro determinou “a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, nos termos do artigo 1.035 (parágrafo 5º) do Código de Processo Civil e do artigo 328 do Regimento Interno do STF”.

Fonte: STF

SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA (STJ)

STJ premia trabalhos sobre cidadania na Vila das Crianças

09/12/2016



A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, e o ministro Sérgio Kukina participaram nesta sexta-feira (9) da premiação do projeto *Despertar Vocacional Jurídico*, realizado pela Coordenadoria de Memória e Cultura do tribunal. O evento ocorre todo ano, desde 2004, na Escola Vila das Crianças, instituição de ensino localizada em Santa Maria, no Distrito Federal, que

atende cerca de mil alunas carentes entre o sétimo ano do fundamental e o fim do ensino médio.

O objetivo do projeto, que neste ano trabalhou com o tema “Futuro da Sociedade: Impacto de Minhas Teorias e Minhas Práticas”, é estimular o público estudantil a conhecer o Poder Judiciário e o STJ e a desenvolver noções de cidadania. As autoras dos trabalhos artístico e literário que mais se destacaram foram premiadas durante a solenidade: Ilanda do Lago Souza, de 14 anos, e Pâmela Souza Rios, de 15. A entrega dos prêmios coincidiu com a formatura de 114 alunas do ensino médio.

Na formatura, além dos representantes do STJ, estavam presentes o diretor do Hospital das Forças Armadas de Brasília, general de divisão Lauro Luís Pires da Silva, e o embaixador da Coreia do Sul, Jeong-Gwan Lee. Alunos do Colégio Ideal de Taguatinga também foram premiados pelo STJ nesta sexta.

Fonte: STJ

Menor sob guarda tem direito a receber pensão em caso de morte do tutor

9/12/2016



O menor sob guarda tem direito a receber o benefício de pensão por morte em caso de falecimento de seu tutor, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevalece sobre a Lei Geral da Previdência Social, segundo decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na última quarta-feira (7).

De acordo com o entendimento do colegiado, composto pelos 15 ministros mais antigos do STJ, o direito deve ser assegurado se o falecimento aconteceu após a modificação promovida pela [Lei 9.528/97](#) na [Lei 8.213/90](#).

Para os ministros, o **artigo 33** da Lei 8.069/90 deve prevalecer sobre a modificação legislativa promovida na Lei Geral da Previdência, uma vez que, nos termos do **artigo 227** da Constituição Federal, “é norma fundamental o princípio da proteção integral e preferência da criança e do adolescente”.

Recurso

A decisão da Corte Especial foi tomada ao analisar um recurso interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) contra decisão da Sexta Turma do STJ, que havia considerado indevida a pensão por morte.

O MPF sustentou que, apesar das alterações na legislação previdenciária, “o ECA ainda se conserva em harmonia com os ditames constitucionais e com o histórico legislativo brasileiro”.

O INSS, por sua vez, argumentou que a Lei 9.528/97 excluiu do rol de beneficiários dependentes o menor sob guarda judicial, visando coibir fraudes decorrentes da simulação de posse para se obter a guarda com objetivo único de recebimento de benefícios previdenciários.

Benefício suspenso

O caso julgado refere-se a dois menores da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que passaram a receber o benefício depois da morte do tutor, em 1997.

Dez anos depois, o INSS suspendeu o pagamento por indício de irregularidade, uma vez que a legislação previdenciária havia excluído menor sob guarda do rol de dependentes com direito a pensão por morte.

Em seu voto, o relator do recurso na Corte Especial, ministro João Otávio de Noronha, relatou a evolução da jurisprudência do STJ em relação ao tema. Para ele, a “melhor solução a ser dada à controvérsia” é no sentido de que o ECA deve prevalecer sobre a Lei Geral da Previdência.

Fonte: STJ

CÂMARAS DOS DEPUTADOS

Comissão obriga escolas a manterem telefone do conselho Tutelar em local visível

02/12/2016



A Comissão de Educação aprovou, na última quarta-feira (30), proposta que obriga as escolas de nível fundamental ou médio a manter, em local visível e de

fácil acesso ao público, os números de telefone do conselho tutelar da localidade. O descumprimento das medidas implicará o pagamento de multa de R\$ 500 a R\$ 1 mil.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), ao [Projeto de Lei 1414/15](#), do deputado Vander Loubet (PT-MS). O projeto original também torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas.

Porém, segundo o relator, essa preocupação já se encontra contemplada na [Lei 8.069/90](#), que instituiu o ECA. A lei diz que edição popular do texto integral do estatuto será posto à disposição das escolas e das entidades de atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Tramitação

De **caráter conclusivo**, a proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados

Finanças aprova obrigatoriedade de SUS distribuir leite para filhos de portadoras de HIV

SUS deverá distribuir fórmula infantil, que é um composto que utiliza proteínas do leite de vaca ou de soja e outros componentes para substituir o leite materno na alimentação de crianças

05/12/2016

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Tia Eron apresentou emenda para melhor adequar a proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, na quarta-feira (23), proposta que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a distribuir fórmulas infantis para filhos de mães portadoras do HIV (vírus da imunodeficiência humana) ou doentes de Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

A fórmula infantil é um composto que utiliza proteínas do leite de vaca ou de soja e outros componentes para substituir o leite materno na alimentação de

crianças. O projeto inclui esse benefício na Lei [9313/96](#), que determina a distribuição gratuita de medicamentos para esses pacientes.

Foi aprovado o substitutivo adotado pela Comissão Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei [6717/09](#), do Senado Federal, e apensados (PLs 3445/08, 4467/08 e 5752/09). Autor

do PL 6717/09, o ex-senador Mauro Miranda, argumenta que o aleitamento materno de soropositivas aumenta o risco de transmissão do vírus da mãe para o filho.

A proposta inicial previa a distribuição apenas durante os dois primeiros anos de vida da criança, mas o substitutivo adotado estabeleceu que a distribuição da fórmula infantil deverá ser feita, no mínimo, até a idade de seis meses completos – não havendo prazo final para o benefício.

A distribuição da fórmula infantil, segundo o texto, será realizada em local a ser definido pelos municípios e as despesas correrão por conta do orçamento do SUS, no âmbito federal.

A relatora na Comissão de Finanças e Tributação, deputada Tia Eron (PRB-BA), defendeu a aprovação do substitutivo, mas apresentou emenda para melhor adequá-lo à **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar 101/00). “O substitutivo peca ao sugerir aumento de gastos do SUS sem indicar as fontes de receita”, avaliou Tia Eron.

Para corrigir a inadequação orçamentária, a relatora decidiu submeter a distribuição de fórmula infantil à regulamentação do Executivo Federal, a quem caberá, segundo a emenda, definir a forma e os limites de financiamento federal. “Entendemos que a medida afasta a inadequação do Projeto de Lei 6.717 e do respectivo substitutivo, uma vez que permite delimitar o impacto orçamentário e financeiro da proposta”, disse a relatora.

Tramitação

O texto aprovado será ainda analisado **conclusivamente** pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados

Comissão rejeita projeto que revoga condição de vulnerável de criança, mulher e idoso com deficiência

06/12/2016

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



O relator, Otavio Leite, considerou o projeto inadequado e recomendou sua rejeição

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados rejeitou, na última quarta-feira (30), o Projeto de Lei 3900/15, que revoga dispositivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei **13.146/15**) que considera especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso com deficiências.

Hoje a lei prevê que a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação,

exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante, e prevê que os indivíduos considerados vulneráveis (a criança, o adolescente, a mulher e o idoso com deficiências) estarão sujeitos à especial proteção.

O autor do projeto, deputado Celso Jacob (PMDB-RJ), acredita a vulnerabilidade desses indivíduos já é tratada em diplomas legais específicos, como o Estatuto do Idoso (Lei [10.741/03](#)), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei [8.069/90](#)) e mesmo no Código Penal (Decreto-lei [2.848/40](#)). Para ele, a revogação impedirá o julgador de se valer de critérios subjetivos ao aplicar a lei.

Porém, o parecer do relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), foi pela rejeição da matéria. “Não nos parece plausível a alegação de que crianças, adolescentes, mulheres e idosos com deficiência não estão em situação de vulnerabilidade agravada”, argumentou.

Segundo ele, a vulnerabilidade engloba, além das barreiras e dificuldades encontradas pelos indivíduos para a sua subsistência e manutenção econômicas, os óbices decorrentes de sua situação individual ou social que os impedem de obter acesso a bens e serviços públicos, de ascender socialmente e de viver em condições de igualdade com os demais.

Fonte: Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

Projeto aprovado pela CAS obriga maternidades a contar com bancos de leite

14/12/2016



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou nesta quarta-feira (14) projeto do senador Dário Berger (PMDB-SC) que obriga todas as maternidades de referência regional a dispor de bancos de leite em suas instalações. O objetivo do [PLS 171/2016](#) é aumentar a capilaridade da rede de aleitamento materno. A matéria é terminativa e segue à Câmara.

O Brasil tem o maior número de doadoras de leite materno do mundo, segundo o Ministério da Saúde. No entanto, essa cobertura ainda é deficitária em algumas regiões. Alguns estados — principalmente da Região Norte, que registra a maior taxa de mortalidade infantil do país — só dispõem de um banco de leite na capital.

A intenção do autor é facilitar o acesso dos bebês ao alimento, uma vez que a introdução precoce (antes do sexto mês de vida) de outros alimentos ao bebê pode aumentar o risco

de desnutrição e está associada a casos de diarreia, hospitalização por doença respiratória e diminuição na absorção de minerais. O Ministério da Saúde já orienta os hospitais com leitos neonatais a ter um banco de leite humano ou posto de coleta.

— É um projeto de grande alcance social, importante para implantar o banco de leite nos hospitais, importante para a nutrição das crianças, especialmente as que nascem com deficiência ou prematuras, com subnutrição, para q elas tenham uma vida saudável — defendeu a relatora, senadora Lucia Vânia (PSB-GO).

Fonte: Agência Senado

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (TJs)

Tribunal leva crianças acolhidas para passeio em parque de Aracajú

01/12/2016



Cerca de 110 crianças e adolescentes de entidades de acolhimento de Aracaju e de vários municípios do interior passaram a tarde do dia 16 no American Park. O passeio foi articulado pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), por meio do Projeto É Natal, parte do Programa de Apadrinhamento Ser Humano. Mais de 250 crianças e adolescentes de 30 instituições estão inseridos na ação.

“A oportunidade que as crianças têm de sair da unidade de acolhimento, especialmente as do interior, é pequena. Então essa chance de ter um pouco de convivência com outras crianças e com o lazer é algo único e que nos deixa muito contente”, enfatizou a Juíza Isabela Sampaio, coordenadora da Infância e Juventude do TJSE.

Uma das adolescentes do Abrigo Marinete Alves, em Aracaju, confirmou a importância do passeio. “Foi muito legal convidarem a gente que vive no abrigo para se divertir porque não temos tantos passeios”, destacou. “Essa parceria com o tribunal é muito positiva porque traz para elas um resgate junto à sociedade, além de poderem brincar com outras meninas da mesma faixa etária”, completou Rejane Costa, coordenadora do Abrigo Marinete Alves. De Estância, foram ao parque cinco crianças e um adolescente da Casa Acolhedora Zilda Arns.

“É muito importante para as crianças que estão institucionalizadas por ser uma tarde de lazer, onde elas podem interagir com crianças de outros municípios. É um momento de descontração”, ressaltou Maria de Fátima Moreira, assistente social da Casa Zilda Arns.

Um dos meninos da instituição quis aproveitar todos os brinquedos. “Não tenho medo, não, porque eu já tenho seis anos”, afirmou o menino.

“Pelo segundo ano consecutivo proporcionamos essa parceria com o tribunal”, informou Marcone Santos, funcionário do American Park. Conforme a juíza Isabela Sampaio, o parque assinou um documento de padrinho provedor e, a partir daí, disponibilizou a entrada gratuita para todas crianças e adolescentes acolhidos em Sergipe. “Essa iniciativa está aberta para todos que quiserem colaborar com doações, prestação de serviço ou provendo financeiramente essas crianças”, acrescentou a magistrada, lembrando que isso pode ser feito a partir da escolha da modalidade do Programa de Apadrinhamento Ser Humano e preenchimento de formulário no Portal da CIJ.

Árvore dos Sonhos

No domingo (20/11), começou outra vertente do Projeto É Natal, com a instalação da Árvore dos Sonhos nos shoppings Riomar, Jardins e também no Palácio da Justiça. Nas árvores, são colocadas cartas de crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos com pedidos de presente. “Com a instalação dessas árvores será possível que pessoas da sociedade sergipana possam colaborar também, dando seu presente e sua mensagem de afeto para cada uma das crianças e adolescentes acolhidos”, explicou a juíza Isabela Sampaio.

Fonte: TJSE

Tribunal de Justiça gaúcho inicia busca por interessados em adotar

12/12/2016



Ampliar as possibilidades das crianças e adolescentes disponíveis para adoção encontrarem um lar é o objetivo do projeto Busca-se, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul. A proposta qualifica e amplia as ações de localização de pessoas habilitadas que tenham interesse de flexibilizar o perfil desejado e, assim, permitir a vinculação com as crianças e adolescentes aptas à adoção.

A coordenadora da CIJRS, juíza corregedora Andréa Rezende Russo, considera que a iniciativa vai ao encontro dos propósitos da campanha "Deixa o amor de surpreender". "O projeto é muito importante para ampliar as possibilidades de adoção de crianças e adolescentes disponíveis no Rio Grande do Sul, consideradas de difícil colocação por não se encaixarem no perfil mais procurado pelos pretendentes habilitados", conta.

O estado conta com 586 crianças e adolescentes aptos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em torno de 5,2 mil habilitados disponíveis. Conforme dados do mês de setembro, as crianças e adolescentes que

permanecem disponíveis no CNA fazem parte de perfis específicos: grupos de irmãos (68,94%), crianças acima dos 10 anos (90,03%) e com síndromes ou deficiências (26,91%).

Remessa

O projeto será executado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJRS) em parceria com os magistrados da Infância e Juventude e suas equipes. O magistrado determinará a remessa para a CIJRS dos dados básicos do jovem para inscrição no projeto, certificando que não foram localizados pretendentes compatíveis ao perfil no CNA. A coordenadoria irá elaborar uma tabela a partir dos dados remetidos pelas comarcas.

O contato inicial dos interessados na adoção será com a equipe da CIJRS, que irá verificar se a pessoa é habilitada para adoção e, se positivo, será encaminhado o contato para a comarca de origem da criança proceder os demais procedimentos. Caso a pessoa não seja habilitada, receberá orientações para encaminhar o processo de habilitação na comarca de residência.

A comarca de origem da criança ou adolescente indicado para o projeto deverá realizar busca sistemática de pretendentes no CNA. O projeto terá avaliação e controle da equipe técnica da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, com a realização de estatísticas dos encaminhamentos e efetivações de adoções e habilitações.

Fonte: TJRS

Programa catarinense Novos Caminhos forma 182 adolescentes acolhidos

12/12/2016



O programa Novos Caminhos promoveu, em Florianópolis (SC), a formatura de uma nova turma, com 182 adolescentes. Eles participaram de cursos de qualificação técnica para o mercado de trabalho. O programa beneficia jovens que participam de programas de acolhimento do estado e, ao completar 18 anos, precisam deixar os abrigos onde vivem.

Para o desembargador Sergio Izidoro Heil, segundo vice-presidente do

Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a formatura ratifica a importância do programa iniciado em 2013. "A ideia era preparar um grupo menor, e hoje estamos com mais de 650 adolescentes capacitados e 112 trabalhando. Isso é uma alegria muito grande porque é um resgate o que estamos fazendo, uma quebra de paradigmas. Esses adolescentes, quando eram liberados das casas de acolhimento, não tinham para onde ir e não tinham nenhum preparo para a vida, e é isso que estamos fazendo", afirmou.

Para o desembargador, os ganhos são inestimáveis. "É uma reescrita da história de cada um. É importante ter esperança nas oportunidades oferecidas para uma sociedade mais

justa e coerente", ressaltou. "É uma alegria saber que estes jovens, com força, dedicação e esforço, estão concluindo esses cursos e tendo novas oportunidades, sonhos, perspectivas e caminhos", acrescentou a desembargadora Soraya Nunes Lins, coordenadora estadual da Infância e da Juventude do TJSC.

Desde a implantação, o Novos Caminhos atendeu 653 adolescentes de 76 municípios catarinenses, que participaram de capacitações realizadas por equipes do Senai, Sesi e IEL. Juntas, as entidades realizaram mais de 6,5 mil matrículas por meio do programa, e 112 jovens foram encaminhados ao mundo. E a iniciativa continua. "O programa será permanente, pois os impactos que estamos alcançando são muito positivos e é nosso dever contribuir para que essa juventude tenha uma boa formação", prometeu o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte.

A Iniciativa é uma parceria do tribunal, Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) e Ministério Público. O presidente da AMC, Odson Cardoso Filho, destacou que juízes e desembargadores também são parceiros do programa. "Estamos fazendo um resgate social. Pessoas que se encontravam à margem, que não têm abrigo nas suas famílias, estão tendo essa oportunidade", disse. As 16 assistentes sociais do Poder Judiciário, responsáveis pelo programa nas regiões com os adolescentes, participaram da formatura como forma de reconhecimento pelo trabalho.

Fonte: TJSC

Comarcas de Candeias, Amélia Rodrigues e Coração de Maria garantem Natal das crianças

13/12/2016



As comarcas de Coração de Maria, Candeias e Amélia Rodrigues estão mobilizadas para proporcionar um Natal diferente para crianças carentes. Os magistrados convocaram todos os servidores do Judiciário, Ministério Público, advogados e cidadãos da região para contribuírem com doação de presentes.

Por meio de portarias, o juiz Teomar Almeida de Oliveira instituiu a campanha "Natal do

Coração" na comarca de Coração de Maria. O juiz Sadraque Oliveira Rios fez o mesmo em Candeias, denominando de "Natal Luz" e em Amélia Rodrigues, com o nome de "Natal da Esperança".

As ações visam recolher o maior número possível de presentes, desde que não seja em dinheiro, e distribuir para crianças dos municípios. Caixas na entrada dos fóruns das comarcas, com identificação das campanhas, recolhem as doações.

Os presentes podem ser doados até a véspera do dia da entrega. Em Coração de Maria, o Judiciário conta com o apoio da Associação Filhos de Coração, que desenvolve trabalho social, e fará a entrega dos presentes no dia 16, no salão do júri. O juiz Teomar também pediu apoio ao comércio local, para colocar caixas para arrecadação em diferentes pontos da cidade.

“A realização do trabalho social pelo Poder Judiciário é de fundamental importância porque a sociedade ainda tem a visão que a gente só trabalha com processos. Têm comarcas com uma carência social tremenda, que dá espaço para fazermos campanhas solidárias, com apoio de outros órgãos, e gerar uma maior aproximação do Judiciário com a sociedade”, afirmou o magistrado.

Reforço

Em Candeias, o juiz Sadraque conta com a colaboração da Pastoral da Criança, tanto na divulgação da campanha quanto no encaminhamento das crianças para participarem da ação. O juiz tem o apoio também dos agentes de proteção na divulgação em órgãos públicos e comércios da comarca. A distribuição dos presentes em Candeias será na quinta-feira, dia 15, no salão do júri da comarca.

Já em Amélia Rodrigues, a entrega será na sexta (16), no fórum da cidade, para as crianças atendidas na instituição beneficente El Shadai, que realiza um trabalho social voltado ao reforço escolar, aulas de canto, música, educação religiosa, além de servir refeições. A instituição é mantida com doações.

Fonte: Ascom/TJBA

OUTRAS NOTÍCIAS

Casal 'saltou' na fila de adoção ao escolher criança com Síndrome de Down

Colocado para a adoção pela mãe, moradora de Taquari que não tinha condições de criá-lo, Théo estava prestes a ser levado por assistentes sociais da comarca da cidade.

26/11/2016



O único medo que Cíntia tem é que o menino sofra bullying. Ela diz tratá-lo da mesma forma que seus filhos anteriores.

[Sul21](#) – Em 12 de janeiro de 2015, a enfermeira Cíntia Fleck voltou de férias pela manhã pronta para reassumir seu trabalho na UTI neonatal do Hospital Conceição. Ali, encontrou um menino nascido 15 dias antes, no final de dezembro, que recebia tratamento na

instituição, mas deveria receber alta no mesmo dia. Colocado para a adoção pela mãe, moradora de Taquari (RS) que não tinha condições de criá-lo, estava prestes a ser levado por assistentes sociais da comarca da cidade.

“Eu não deixei. Comecei a chorar e disse que não”, conta Cíntia. Naquele momento, tendo visto o menino apenas por alguns momentos, ela já sabia que queria adotá-lo. “Quando eu cheguei na sala para trabalhar, me envolvi com ele. Foi estranho. Trabalho há muito tempo no hospital, mas aquele dia foi diferente. Antes de iniciar o plantão, eu me sentei ao lado dele e conversei com ele. Era bem magrinho”.

Inicialmente, Cíntia nem tinha percebido que o menino tinha Síndrome de Down. Foi informada pelas assistentes sociais, mas diz que isso não mudou nada. Ainda não eram nem 10h daquela manhã quando ela ligou para Luciano. “Ó amor, estou com nosso filho nos braços”, disse. “Como assim?”, questionou ele. “Só que ele tem um probleminha. Tem Síndrome de Down”, alertou ela. “Não dá nada”, retrucou o marido. Na sequência, a enfermeira já estava encaminhando a Luciano as fotos do futuro filho deles.

No mesmo dia, deram início ao trâmite. No dia seguinte, conseguiram uma audiência na Comarca de Taquari, cidade de origem da mãe biológica de Théo. Como mais ninguém que estava na frente do casal na lista do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) tinha manifestado em seu perfil interesse em adotar uma criança com Down, saíram de lá com a guarda do menino.

Eram 15h30 quando Cíntia ligou para o marido dizendo: “Amor, a guarda é nossa”. “Dizem que ele sapateava no escritório”, relembra. “Foi ali que a ficha caiu”, conta Luciano. Ele já era pai.

O processo só teve essa velocidade porque Cíntia e Luciano pularam na frente de muita gente. O motivo para isso é justamente terem escolhido adotar uma criança com Síndrome de Down.

Como funciona o processo de adoção

Existe uma série de passos que os pretendentes devem cumprir para se habilitar à adoção. O primeiro deles é procurar o Juizado da Infância e Juventude da comarca onde moram e preencher um formulário manifestando a intenção e com informações pessoais. Em seguida, devem juntar [documentos exigidos pelo ECA](#), participar de avaliação psicossocial, etapa na qual assistentes sociais e psicólogos determinarão se estão prontos para a adoção e quando poderão definir o perfil desejado, e acompanhar cursos de preparação com informações jurídicas, emocionais, etc. Ao fim desse processo, que pode levar até oito meses em Porto Alegre, o juiz decide se os pretendentes estão habilitados ou não para adoção.

“Tem que ser feita essa avaliação, tem que ter esse curso de preparação, porque é uma decisão muito importante e de muita responsabilidade. o Ministério Público tem que ter seu tempo para analisar e o magistrado o seu [tempo] para decidir. E, habilitada a pessoa, ela vai para o Cadastro Nacional de Adoção. Ou seja, entra na fila”, afirma Andréa Rezende Russo, juíza da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Estado.

Uma vez inscritos no CNA, os pretendentes devem aguardar por uma ligação dos responsáveis pelo cadastro. Eles são chamados, por ordem de inscrição, de acordo com o perfil escolhido. Quem definiu o interesse por adotar crianças saudáveis, sem irmãos, de 0 a 3 anos, o perfil mais desejado, poderá esperar anos até chegar a sua vez na fila. “É o perfil desejado. Se não é um filho biológico, que o adotivo chegue nas mesmas condições, que ele possa criar, passar os valores. Se compreende a intenção de adotar uma criança pequena. Porém, quando se faz a avaliação, o curso de preparação, se trabalha a possibilidade de ampliar esse perfil”, afirma Russo.

De acordo com o juiz Marcelo Mairon, 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, no 1º semestre deste ano, 1 mil crianças e adolescentes estavam aptas para serem adotadas. Entre elas, 350 já tinham iniciado o processo de vinculação com pretendentes ou a Justiça já tinha encontrado no Cadastro Único um casal ou uma pessoa com o perfil aprovado. “Desses, a grande maioria são crianças de até 3 anos. Dos outros 650 que não estavam vinculados, mais de 90% tinham 10 anos de idade ou mais”, afirma o juiz, acrescentando ainda que menos de 2% dos habilitados no cadastro colocam no perfil desejado crianças e adolescentes de 10 anos ou mais. “A gente tem um descompasso entre o perfil da criança e adolescente existente e aquele desejado”, complementa.

Quem olha de fora, pode até achar desumano os pretendentes poderem escolher um perfil exato para seus futuros filhos, que, além da idade, inclua cor de pele, cabelo, se tem alguma doença crônica ou não, entre outras características. “Por que se pergunta o perfil? Porque nem todas as pessoas estão em condições e preparadas para receber um adolescente, por exemplo”, explica Andréa Russo.

Há ainda os casos que se configuram o pior dos mundos para a adoção: quando não há adaptação entre pais adotivos e seus novos filhos. “Nós temos casos de devolução, o que é algo muito triste, porque causa problemas psicológicos na criança e no adolescente devolvido. Por isso, é grande a responsabilidade que se tem no sentido de primeiro se verificar se a pessoa realmente tem condições de adotar uma criança ou adolescente e também do próprio acompanhamento desse estágio de convivência. Essas situações infelizmente acontecem e temos que evitar ao máximo com uma boa preparação destas pessoas”, pondera a juíza.

Para Angelita Rebelo de Camargo, assistente social da Corregedoria Geral de Justiça do RS, os casos de “devolução” decorrem justamente de uma falta de preparação adequada. “Na maioria dos casos, há uma falta de preparação dos adultos para aquela relação, por isso temos trabalhado na melhoria da capacitação”, afirma. “Nem sempre o desejo de ajudar vai ser suficiente para enfrentar as questões que vão aparecer no dia a dia”, afirma.

Mas o que leva os postulantes à adoção a desejarem a suspensão do processo? “São questões emocionais. É, daqui a pouco, tu idealizar demais uma relação que acaba não sendo exatamente como tu imaginou. Dependendo da capacidade emocional do sujeito, ele não suporta isso. Ele começa a criar uma barreira com aquela criança e adolescente, que nunca satisfaz as expectativas desse adulto”, explica.

Ela salienta que pessoas que desejam adotar precisam ter uma elevada tolerância a frustração, não apenas terem se sensibilizado com “alguma história triste”. “Às vezes se sensibilizou com aquela história, achou a história do adolescente muito triste e resolveu ajudar”.

Ansiedade e mudanças de planos

Apesar da velocidade na qual o processo deles andou, Luciano e Cíntia passaram por todas as etapas preparatórias. Ela já tinha dois filhos biológicos de um casamento anterior, Matheus, 22, e Luíza, 16. Ele, ainda não, mas desejava ser pai. Como Cíntia tinha passado por uma cirurgia de ligadura de trompas, o casal primeiro tentou reverter o processo e realizar fertilização in vitro. Mas, não obtiveram sucesso. Resolveram então adotar.

Era julho de 2014 quando procuram a Justiça para iniciar no processo de habilitação. Passaram por seis encontros com psicólogos e assistentes sociais e, posteriormente, por mais três encontros em que receberam videoaulas para preparação emocional e também sobre as exigências jurídicas. “Eu, na verdade, estava achando meio chato. Seis consultas com psicólogos? Quando a gente quer ter um filho engravidado e deu”, diz Cíntia.

Concluído o processo, receberam a habilitação em outubro do mesmo ano. O perfil desejado inicialmente era bem diferente do que viriam a encontrar em Théo. “A gente optou por uma menina de até três anos, indiferente da cor”, conta Luciano. “Mas a gente não queria doenças crônicas, isso foi bem esclarecido”, complementa Cíntia. “Aí eu dei de cara com o nosso Théozinho”.

O que leva alguém a adotar uma criança com Síndrome de Down? A pergunta pode parecer cruel, mas é necessária diante do fato de que a maioria esmagadora dos pretendentes inscritos no Cadastro Nacional fazem questão de pontuar que procuram uma criança ou adolescente saudável. Esse era o caso, inclusive, de Cíntia e Luciano.

Sem hipocrisia, Cíntia diz que talvez nunca tivessem mudado o perfil desejado caso não tivesse tido contato com Théo no hospital. “Se alguém ligasse e dissesse: ‘ó, chegou o teu bebê, ele tem Síndrome de Down. Quer adotar?’ Talvez eu dissesse que não”, afirma.

Para ela, porém, o preconceito começa na família. “Ainda tem pais que se sentem tristes. A gente fez a escolha de ter um filho assim. Na verdade escolhi, entre aspas, porque eu me apaixonei por ele”, afirma.

O único medo que Cíntia ainda tem é que o menino possa sofrer *bullying*. Do contrário, diz tratá-lo da mesma forma que seus filhos anteriores. “A gente oferece tudo para o Théo. Todas as oportunidades que a gente pode, a gente oferece, porque daí o aprender é dele, não porque ele não teve contato”.

O amor à primeira vista levou Cíntia a superar os temores que poderia ter e também os “alertas” que recebeu de colegas do hospital. “No momento em que eu conheci o Théo, o médico de plantão me puxou e me alertou: ‘Tu sabe o que é uma Síndrome de Down? Eu não recomendaria ninguém a adotar’. Ele disse. Muito sério, olhando no meu olho. Aquilo me irritou muito”.

Também foi chamada de “louca” e questionada sobre o que o menino poderia lhe dar em troca: “Eu disse que o que eu espero ele vai poder me dar: muito amor e carinho”, afirma.

E assim foi. Com uma alegria que contagia a todos que o conhecem, Théo virou o xodó da família, se dando muito bem com os irmãos. “Ele é muito carinhoso, sempre quer abraçar e beijar”, diz Cíntia. “A minha filha de 16 anos uma vez disse para mim: ‘eu queria ter um

filho com Síndrome de Down, mãe'. Aquilo me assustou no início, mas ao mesmo tempo eu pensei que tenho um filho assim e é tão bom”.

Deixe o amor te surpreender

O fato de terem aberto o coração para uma adoção fora do comum fez de Luciano e Cíntia, e do pequeno Théo, uma das estrelas da campanha “Deixe o Amor te Surpreender”, promovida pelo Tribunal de Justiça do RS.

Para a juíza Andréa Russo, o foco da campanha e do trabalho do juizado é justamente “oportunizar uma reflexão” para que os pretendentes a adoção possam flexibilizar o perfil de crianças e adolescentes procurados. Além disso, ela afirma que as assistentes sociais do TJ em Porto Alegre estão iniciando um projeto piloto para, naqueles casos em que não há combinação perfeita entre os moradores de abrigos e inscritos no CNA, se possa buscar pretendentes com perfil aproximado. “Às vezes, o pretendente quer uma criança de até cinco anos. Então, quem sabe com seis?”.

A assistente social Angelita explica que, a partir do momento que ocorre essa flexibilização, inicia-se então o processo de busca do consentimento dos menores. “No momento em que alguém se dispõe a flexibilizar o seu perfil e conhecê-lo, a gente vai pegar esse interesse do adulto e buscar o consentimento do adolescente e do pré-adolescente. Falando que encontramos uma pessoa, que ela está muito interessada em conhecê-lo, e propõe o encontro”, explica.

Em 2015, o Juizado da Infância e da Juventude do RS emitiu 889 sentenças de adoção. Até o final do mês de outubro deste ano, já tinham sido emitidas 730 sentença. Segundo dados da última quarta-feira (16), 598 crianças aguardavam adoção no RS, cerca de 12% das 4.860 habilitadas em todo o Brasil.

Fonte: Rede Brasil Atual

Documentário reúne histórias sobre o combate ao trabalho infantil

02/12/2016



Documentário **Catavento – Tudo ao seu tempo**, idealizado pela Fundação Telefônica, aborda a exploração infantil em suas diferentes formas.

“Dizem por aí que é melhor trabalhar do que roubar, que o trabalho enobrece e que é preciso trabalhar para ajudar a família”. É com essa frase, conhecida e reproduzida por muitos, que se inicia o documentário **Catavento – Tudo ao seu tempo**, sobre trabalho infantil.

Dividido em sete episódios, cada um trazendo uma abordagem distinta, o projeto traz à tona a necessidade de se continuar buscando formas efetivas de eliminar o trabalho da vida desses meninos e meninas, aproximando-os da educação e de uma vida digna. A produção será exibida no [Canal Futura](#) nos dias 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13/12, às 19h (episódios inéditos) e nos dias 6, 7, 8, 9, 10, 13 e 14 à 1h (reprises). O documentário está disponível no canal da Fundação no [YouTube](#) e no [acervo](#) online.

O documentário fecha um ciclo de 13 anos de atuação da **Fundação Telefônica Vivo** no combate ao trabalho infantil a partir do projeto [Promenino](#), com o objetivo de defender os direitos das crianças e adolescentes – uma referência sobre o tema no Brasil.

Dentre os temas abordados, estão a aceitação da sociedade em relação às diversas formas de trabalho infantil, o papel da família e da escola no processo de conscientização e erradicação dessa prática. Cada episódio aborda um viés diferente, desde o modelo de trabalho infantil permitido por lei na forma de aprendiz até a presença de crianças e adolescentes em atividades ligadas ao crime. Também serão mostrados o trabalho doméstico, os riscos e as situações enfrentadas pelas crianças que assumem essa responsabilidade, e os exemplos de pessoas envolvidas no combate ao trabalho infantil.

Com narração e depoimento de Daniela Mercury, embaixadora do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o documentário também dá voz a médicos, psicólogos, educadores sociais, conselheiros tutelares, adolescentes e especialistas da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

“Queremos inspirar mais educadores, pais, especialistas e a sociedade em geral a manter o foco na erradicação do trabalho infantil. Uma criança que não tem a chance de se desenvolver de forma saudável e conquistar seu espaço pela educação nunca será um cidadão pleno”, afirma Americo Mattar, diretor-presidente da Fundação Telefônica Vivo.

Para ele, grandes passos já foram dados para a erradicação da exploração infantil, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido. “Nós temos que exigir cada vez mais, tanto da iniciativa privada, quanto do governo. Nossa provocação à iniciativa privada é: ‘analise a sua cadeia de valor, estimule o programa jovem aprendiz e exija da cadeia inteira produtiva que seja abolido o trabalho infantil’”, finaliza Americo. O documentário **Catavento – Tudo ao seu tempo** também está disponível no canal da Fundação no [Youtube](#)

Fonte: Fundação Telefônica

DESTAQUE

**SUPER
JOGO
da Saúde**

Super Jogo da Saúde
Aplicativo para tablets e smartphones
criado pelo Plenarinho.

Um jogo de cartas que incentiva a criança
a aprender brincando a importância dos hábitos saudáveis.
Baixe o Super Jogo da Saúde pela Google Play ou App Store.

Plenarinho
o jeito criança de ser cidadão

camaradeputados

INSTRUÇÕES DE JOGO!

Escolha um parâmetro de sua carta para competir com seu adversário. Quem tiver o maior parâmetro ganha a carta do outro. O jogo acaba quando um dos jogadores não tiver mais cartas para jogar.

ATIVIDADES FÍSICAS

Ando de bicicleta só no fim de semana

5

HÁBITOS ALIMENTARES

Como balinhas antes do almoço

15

JOGOS ELETRÔNICOS

Gasto meu tempo livre no computador

0

USO DE MOCHILA

Carrego só um livro pesado na mochila

10



COMEÇAR

Veza do computador jogar

SUPER JOGO da Saúde

ATIVIDADES FÍSICAS Durmo até tarde e não faço exercícios	1
HÁBITOS ALIMENTARES Como doce só de vez em quando	15
JOGOS ELETRÔNICOS Jogo até de madrugada	1
HÁBITOS GERAIS Uso filtro solar na praia e na piscina	18

4 Cartas

6 Cartas

O computador escolheu ATIVIDADES FÍSICAS

ATIVIDADES FÍSICAS

Jogo basquete 4x por semana

19

HÁBITOS ALIMENTARES

às vezes me esqueço de beber água

11

JOGOS ELETRÔNICOS

Jogo só nos fins de semana

17

HÁBITOS GERAIS

Às vezes me esqueço de usar o fio dental

12



ATIVIDADES FÍSICAS

Vou para escola de Bicicleta

20

HÁBITOS ALIMENTARES

Bebo bastante água

20

JOGOS ELETRÔNICOS

Ouço música alta com fone de ouvido

2

HÁBITOS GERAIS

Lavo as mãos depois de ir ao banheiro

19



3 Cartas

7 Cartas



Oi, amigo!

Esta edição da Revista Plenarinho trata de um problema muito grave que, infelizmente, ainda afeta crianças no Brasil e no resto do mundo: é o abuso sexual infantil. Apesar de ser um assunto muito triste, a Turma do Plenarinho não poderia fingir que ele não existe e, por isso, preparou um monte de coisas legais para ajudar você a se proteger de abusos e ameaças.

O novo desafio da Turma é lutar contra o desaparecimento misterioso de algumas crianças do bairro. Mas, apesar da vitória, o final deixa no ar que essa luta está apenas começando! Será???

Além dos quadrinhos, tem dicas e informações com o cuidado que você deve ter no seu dia-a-dia, e muitas brincadeiras para você se divertir a valer. E aí, já está pronto para participar desse novo desafio?

Um abraço apertado da Turma do Plenarinho.
www.plenarinho.gov.br





1



2









